

O caráter *amigável* da Revelação divina segundo a Constituição dogmática *Dei Verbum*: história, fundamento e desenvolvimentos

The friendly character of divine Revelation according to the dogmatic Constitution Dei Verbum: history, foundation and developments

João Bechara Ventura

Resumo

A Constituição dogmática sobre a Revelação divina *Dei Verbum* inovou ao comparar a auto manifestação de Deus em Jesus Cristo a um tipo de *amizade* entre o Senhor e o seu povo. Essa nova compreensão abriu uma ampla perspectiva teológica e pastoral que tem sido explorada pelo Magistério eclesial posterior ao Concílio Vaticano II. A concepção de *amizade divina* presente em DV 2 foi interpretada à luz da noção de *diálogo* que, a partir do Magistério de Paulo VI, tornou-se um princípio-chave para a recepção do Concílio e para a ação pastoral da Igreja. Este artigo procura mostrar brevemente o processo redacional que levou à inclusão da tal concepção no texto final da *Dei Verbum*. Examinamos também os textos bíblicos que o documento conciliar afirma servirem de fundamento à comparação da Revelação divina a um tipo de *amizade* e procuramos oferecer, resumidamente, uma possível fundamentação de tal noção a partir da teologia católica. Oferecemos ainda um panorama do desenvolvimento da ideia de *amizade divina* no Magistério dos últimos papas.

Palavras-chave: Amizade. *Dei Verbum*. Diálogo. Revelação. Vaticano II.

Abstract

The dogmatic constitution on divine Revelation *Dei Verbum* innovated by comparing God's self-manifestation in Jesus Christ to a type of *friendship* between the Lord and his people. This new understanding opened up a broad theological and pastoral perspective that has been explored by the Magisterium after the Second Vatican Council. The concept of *divine friendship* present in DV 2 was interpreted in light of the notion of dialogue that, from the Magisterium of Paul VI onwards, became a key principle for the reception of the Council and for the pastoral action of the Church. This article seeks to briefly show the drafting process that led to the inclusion of this concept in the final text of *Dei Verbum*. We examine the biblical texts that the conciliar document claims serve as a basis for comparing divine Revelation to a type of *friendship*. We also seek to offer a possible foundation for this notion within catholic theology and briefly explain the development of the idea of *divine friendship* in the Magisterium of the last popes.

Keywords: Dei Verbum. Dialogue. Friendship. Revelation. Vatican II.

Introdução

Presente de modo não sistemático nas obras de alguns Padres da Igreja¹ e utilizado para exprimir concepções diversas na teologia medieval², o conceito

¹ Acerca do tema da *Revelação*, embora contenha visões superadas em matéria de exegese bíblica, ainda é necessária a obra de René Latourelle: Teología da Revelación. O autor identifica a presença da noção de *Revelación* ao longo da história da teologia de modo quase omnicompreensivo, por vezes sem um adequado fundamento lexical. Todavia, Latourelle apresenta um amplo panorama do desenvolvimento teológico que, desde os Apóstolos até o séc. 19, levou à consolidação desse conceito. LATOURELLE, R., Teología de la Revelación.

² BENOIT, P., Révélation et inspiration. Na teologia medieval, o termo *revelación* constitui uma noção multifacetada que extrapola a noção de *Revelación pública* típica da teologia posterior ao Concílio Vaticano I. Em São Boaventura, a *revelación* designa a *iluminación subjetiva* por meio da qual Deus eleva o conhecimento natural à fé, à contemplação e à visão beatífica. Santo Tomás de Aquino usa o conceito de *revelación* em diversas acepções: operação salvífica, acontecimento histórico, ação divina que recai sobre o profeta, doutrina sagrada e, finalmente, conhecimento superior ao meramente natural; TOMÁS de Aquino, ST I, q. 1; ST II,II, q. 1-7; q. 171-174; TOMÁS de Aquino, *Contr. Gent.*, 3, c. 154; TOMÁS de Aquino, *De verit.*, q. 12; LATOURELLE, R., Teología de la Revelación, p. 170-203.

de *Revelação* divina passou a ocupar lugar central no Magistério³ e na teologia católica⁴ a partir da Constituição “de fide catholica” *Dei Filius*, do Concílio Vaticano I. O Vaticano II conferiu uma ainda maior centralidade a esse assunto, dedicando uma inteira Constituição ao tema da Revelação⁵. A Constituição dogmática “de divina Revelatione” *Dei Verbum* propôs-se a apresentar “a genuína doutrina sobre a Revelação divina e a sua transmissão”⁶, aprofundando e, sob certos aspectos, desenvolvendo o conteúdo do capítulo 2 de *Dei Filius*.

Entre as novidades da conceção de *Revelação* presente na *Dei Verbum*⁷, em relação ao Vaticano I, podemos sublinhar: a ênfase dada ao seu *caráter histórico*⁸ e à sua *natureza gratuita*⁹; a centralidade de Cristo como “mediador e plenitude de toda a Revelação”¹⁰; a presença da noção de *autocomunicação divina*¹¹; e a precedência epistemológica da Revelação sobrenatural sobre a chamada *revelação natural*¹². Além disso, ao tratar da Revelação divina em Cristo, o Concílio Vaticano II adotou

³ O conceito de *Revelação* foi constantemente citado em documentos do Magistério posteriores ao Concílio Vaticano I: LEÃO XIII, PP., *Providentissimus Deus*, intro.; BENTO XV, PP., *Spiritus Paraclitus*; PIO XII, PP., *Divino Afflante Spiritu*, intro.; n. 1, 1; ES 41.

⁴ Sobre o tema da *Revelação*, veja-se ainda: THEOBALD, Ch., A *Revelação*.

⁵ Empregaremos o termo *Revelação* com maiúsculo ao utilizá-lo no sentido de *Revelação pública e sobrenatural*, como fazem os Concílios do Vaticano. Ao utilizá-lo em sentido mais amplo – tomista ou de *revelação natural* – empregaremos caixa baixa.

⁶ DV 1.

⁷ Expressa principalmente nos nn. 2-6 da Constituição.

⁸ Como veremos, segundo o Concílio Vaticano II, a Revelação possui como *objeto formal* não apenas os ensinamentos, mas as *ações e palavras* de Deus ao longo da história (DV 2).

⁹ A *Dei Verbum* inicia sua exposição com as palavras: “Placuit Deo in sua bonitate” (“Aprouve a Deus em sua bondade”; DV 2). Enfatiza assim o caráter primordialmente *teocêntrico* e *gratuito* da Revelação. Inicia-se propositalmente com a apresentação de argumentos dogmáticos e não antropológicos, para afirmar a prioridade epistemológica da Revelação sobrenatural sobre o conhecimento natural de Deus. Tal abordagem evidencia a unidade e distinção entre *criação* e *revelação*; WICKS, J., *Dei Verbum Developing*, p. 111-112.

¹⁰ “Intima autem per hanc revelationem tam de Deo quam de hominis salute veritas nobis in Christo illucescit, qui mediator simul et plenitudo totius revelationis existit” (DV 2).

¹¹ “Divina revelatione Deus Seipsum atque aeterna voluntatis suae decreta circa hominum salutem manifestare ac communicare voluit” (DV 6).

¹² A expressão “*revelação natural*” presente no Concílio Vaticano I desaparece na *Dei Verbum*. O conceito, porém, persiste sob a formulação “testemunho perene de Deus (*perenne sui testimonium*) na criação” (DV 3). Em resposta ao agnosticismo do séc. 19, o Vaticano I trata antes da possibilidade do conhecimento *certo* de Deus pela luz da razão natural; o Vaticano II, ao invés, opta por dar precedência à Revelação sobrenatural em Cristo.

uma perspectiva que, embora fosse já presente nas Escrituras e no pensamento de alguns teólogos, figurava como novidade entre documentos magisteriais¹³:

Em virtude desta Revelação, Deus invisível (cfr. Cl 1,15; 1Tm 1,17), na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (cfr. Ex 33, 11; Jo 15,14-15) e convive com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele¹⁴.

O Vaticano I já havia afirmado que a Revelação divina possui a finalidade de elevar os homens a um *fim sobrenatural*: à “participação dos bens divinos que superam totalmente o entendimento da mente humana”¹⁵. A Constituição *Dei Verbum* inovou ao declarar que Deus nos *convida* e *admite* a tal fim¹⁶ falando-nos como a amigos (*homines tamquam amicos alloquitur*) e convivendo conosco (*et cum eis conversatur*). A Revelação passou, assim, a ser vista como um *colóquio* (*allocutio*) ou *convivência* (*conversatio*) amigável de Deus com os seres humanos. O presente artigo intenciona estudar as raízes bíblicas da noção de *amizade divina* que DV 2 aplica ao tema da Revelação e o seu desenvolvimento no Magistério posterior ao Concílio Vaticano II¹⁷.

1. Breve história da concepção de *amizade divina* no texto conciliar¹⁸

Dentro do complexo *iter* redacional da Constituição *Dei Verbum*, a ideia segundo a qual Deus *fala* e *convive* com os homens como em meio a *amigos*

¹³ Como veremos, contemporaneamente à elaboração da *Dei Verbum*, uma semelhante perspectiva foi adotada por Paulo VI na encíclica ES 41.

¹⁴ DV 2.

¹⁵ DF 2. Trata-se de alusão à vida da graça e à vida eterna, como explicitado pela citação de 1Cor 2,9 em seguida.

¹⁶ Para DV 2, tal “fim sobrenatural” é a comunhão com Deus e a participação na sua natureza.

¹⁷ Este tema já foi tratado com enfoque histórico e, portanto, diverso em LENEHAN, K., *Unfolding in friendship*, p. 175-191.

¹⁸ Tudo o que será dito acerca do percurso de redação da *Dei Verbum* baseia-se sobre quanto é reportado nas seguintes fontes: ALBERIGO, G. (Org.), *Storia del Concilio Vaticano II*, v. 1-2; GIL HELLÍN, F. (Org.), *Concilii Vaticani II Synopsis*; WICKS, J., *Dei Verbum Developing*; CAPIZZI, N., *Dei Verbum*, p. 11-46; EPIS, M., *Introduzione alla costituzione dogmatica Dei Verbum*; LENEHAN, K., *Unfolding friendship*. Para simplificar esta seção, omitiremos a especificação das fontes “fato-por-fato”, já que os eventos descritos detalhadamente nas obras acima são relativamente conhecidos do público especializado. Restringir-nos-emos às notas-de-roda-pé explicativas.

foi elaborada somente durante o ano de 1964. O rascunho apresentado pela Comissão teológica preparatória, intitulado *De fontibus Revelationis* (1959-1962), foi criticado antes mesmo da abertura do Concílio¹⁹. A sua votação, prevista para a primeira sessão (entre 14 e 21 de novembro de 1962), foi precedida por objeções advindas de parte significativa dos padres e teólogos²⁰ e, como era de se esperar, o texto não agradou à *aula conciliar*. Por isso, João XXIII instituiu uma *Comissão mista* para refazer todo o texto. Em abril de 1963, o novo esquema – agora intitulado *De divina Revelatione* e não mais *De fontibus* – foi aprovado pelo papa para ser discutido na segunda sessão do

¹⁹ Em 10 de outubro de 1962, na noite anterior à abertura do Concílio, o jovem professor Joseph Ratzinger dirigiu numerosas críticas ao esquema diante de um auditório de bispos de língua alemã reunidos no colégio Santa Maria d'Anima. Uma das principais críticas recaiu sobre a concepção de base que fundamentou o próprio título do esquema *De fontibus*: a Escritura e a Tradição constituiriam *duas fontes* distintas da Revelação. Na opinião de Ratzinger – assim como de vários peritos e padres conciliares –, na verdade, a própria Revelação seria a única fonte tanto das Escrituras como da Tradição. Para o teólogo de Bonn, o esquema omitia o caráter primordialmente *histórico* da Revelação, relegando-a a uma concepção “positivista”. Uma tradução inglesa do texto apresentado por Ratzinger nessa noite se encontra em WICKS, J., Six Texts by Prof. Joseph Ratzinger as peritus before and during Vatican Council II, p. 244-246; 269-285. Sobre a participação de Ratzinger no debate pré-conciliar sobre a Revelação: LAM, J. C. Q., Joseph Ratzinger's Contribution, p. 35-54.

²⁰ Bispos centro-europeus, norte e latino-americanos promoveram debates antes da votação do esquema, com a participação de diversos padres, peritos e teólogos, entre os quais Y. Congar, D. Chenu, H. Küng e J. Daniélou. Uma verdadeira “campanha contrária” serviu para, já de início, criar uma espécie de “consenso” desfavorável ao *De fontibus*. Para tanto, contribuíram também *animadversiones* escritas por K. Rahner e E. Schillebeeckx. Esse esforço prévio aos debates foi empreendido graças a uma intuição de muitos padres e teólogos de que, após a fácil aprovação do esquema sobre a liturgia, a primeira Constituição propriamente dogmática (sobre a Revelação) marcaria o início do acirramento nos debates. Tal intuição se confirmaria. Além disso o esquema *De fontibus* continha tom de polêmica anti-protestante e elementos da neo-escolástica (como a própria teoria das *duas fontes*) que o distanciavam do estilo de João XXIII e, inclusive, da linguagem do Concílio de Trento; isto despertou a crítica de diversos peritos. Por fim, um parecer do *Secretariado para a unidade dos Cristãos*, escrito por J. Feiner, contribuiu para tornar inviável a aprovação do esquema. É necessário ter-se em vista que, mais do que divergências teológicas, o debate sobre o *De fontibus* visava decidir a seguinte questão: quem imporia os rumos do Concílio? Os *schemata* das comissões preparatórias, imbebidos da teologia romana e submetidos ao controle do Santo Ofício? Ou os textos alternativos produzidos por teólogos da Europa central e endossados por bispos dessa região? Para G. Ruggieri, a reviravolta na votação do esquema *De fontibus* representaria uma reviravolta na direção do próprio Concílio. Veja-se: RUGGIERI, G., Il primo conflitto dottrinale, p. 259-293.

Concílio. O texto, porém, era ainda objeto de divergências. Por esta razão, a *Comissão de coordenação* dos trabalhos, presidida pelo cardeal A. Cicognani, não permitiu a sua discussão na sessão sucessiva. Chegou-se a pensar que o esquema pudesse ser totalmente abandonado, de modo que o tema da Revelação fosse inserido, com caráter apenas secundário, em outros documentos. Ao término da segunda sessão, todavia, o recém investido papa Paulo VI determinou a retomada do esquema *De divina Revelatione*. Assim, o novo rascunho foi entregue aos padres conciliares que, durante a terceira sessão, elaboraram 93 críticas ao texto. A relação entre Escritura e Tradição era um de seus tópicos mais controvertidos e delicados²¹, por envolver a interpretação autêntica do Concílio de Trento e possuir consequências ecumênicas. Por isso, a *Comissão doutrinal* do Concílio instituiu uma *Subcomissão* para revisar o rascunho a partir das observações feitas pelos padres. Durante a terceira sessão do Concílio (1964), a *Subcomissão revisora* redigiu um novo esquema, que seria finalmente votado na *aula* (entre 14 de setembro e 8 de dezembro de 1965), originando a *Dei Verbum*. A *Subcomissão* foi copresidida por A. Charue, bispo de Namur, e pelo cardeal E. Florit, arcebispo de Florença e teve a participação de numerosos padres conciliares e peritos²².

Dentre as várias críticas ao esquema, alguns padres haviam argumentado que o caráter *pessoal* da Revelação divina e da fé cristã não se encontrava suficientemente claro. P. Seitz, bispo de Kon Tum (Vietnã), sugeriu que se explicitasse que a Revelação tem como fim tornar os homens participantes da vida da família da Trindade. A. Lefevre, bispo de Rabat (Marrocos), sustentou que o texto focava demasiadamente o aspecto intelectual da Revelação e negligenciava o seu caráter “real”. Críticas semelhantes foram feitas por bispos

²¹ A principal divergência em torno deste tema podia ser sintetizada na questão da *suficiência material* das Escrituras. Um grupo de padres – que fora endossado pelo próprio João XXIII – reivindicava a afirmação explícita da *superioridade da Tradição* sobre a Bíblia. Outro grupo, ao invés, pretendia declarar a *suficiência material* das Escrituras, isto é, que todas as verdades reveladas estariam contidas na Bíblia, mesmo que implicitamente. O Concílio chegaria a uma fórmula de consenso: “a Igreja não haure a sua certeza acerca das coisas reveladas somente pela Sagrada Escritura (*non per solam Sacram Scripturam*)”. Deixou, porém, aberta a questão acerca da presença implícita ou não de todas as verdades de fé nas Escrituras.

²² Além de sete padres conciliares, a *Subcomissão revisora* contava com vinte e quatro peritos, entre os quais J. Ratzinger, K. Rahner, Y. Congar, L. Cerfaux e C. Colombo. A versão final do esquema que seria apresentado à *aula* foi redigida pelo jesuíta P. Smulders. O novo rascunho continha as emendas dos padres conciliares e era acompanhado por um texto explicativo.

que retinham necessário mostrar a Revelação como *autocomunicação* divina e não somente comunicação de verdades acerca de Deus. Os bispos da Indonésia pediram que se esclarecesse que a Revelação não se dá apenas mediante palavras, mas também através de realizações (*gesta*) divinas na história, de modo que a autoridade das palavras divinas é confirmada pelas obras (*opera*). O redator P. Smulders emendou o texto a partir de tais propostas²³. Assim, acolheu-se a visão presente na *Dei Verbum* da Revelação como realidade precipuamente *histórica*, ou uma “economia” de “ações e palavras (*gestis verbisque*)” conexas entre si²⁴.

Constituindo uma realidade *histórica*, a Revelação divina possui caráter não apenas doutrinal, mas antes de tudo *pessoal*. Por isso, J. Satowaki, bispo de Kagoshima (Japão), sugeriu que ela fosse apresentada pelo Concílio como manifestação concreta do amor de Deus por nós. Propôs o emprego de fórmulas que a definissem como: “allocutio, collocutio, vel contactus personalis et vitalis Dei cum hominibus”²⁵. Dessa sugestão, o conceito de *allocutio* (objeto deste artigo) foi inserido no novo rascunho. A redação primitiva não se limitava a afirmar – como consignado em DV 2 – que, por meio da Revelação, Deus “convida e admite os homens à comunhão com Ele”. O texto de P. Smulders declarava que Deus “admite os homens à comunhão pessoal com o Pai, e o Filho, e o Espírito Santo”. A Revelação passou a ser vista como comunicação *pessoa-a-pessoa*. Favoreceu-se, assim, a possibilidade de se compreender a Revelação como *amizade* e, particularmente, como *diálogo*²⁶.

Além do percurso conciliar oficial que comprehende, como vimos, (1) o esquema *De fontibus*, (2) a *Comissão mista*, e (3) a *Subcomissão revisora*, uma

²³ Padre Smulders argumentou que, nas Escrituras, o vocábulo ἀπόλυτη se refere à “palavra” divina não somente em sua dimensão verbal, mas também enquanto realidade ativa.

²⁴ “Haec revelationis oeconomia fit gestis verbisque intrinsece inter se connexis, ita ut opera, in historia salutis a Deo patrata, doctrinam et res verbis significatas manifestent ac corroborent, verba autem opera proclament et mysterium in eis contentum eludent” (DV 2). A relação inseparável entre *obras* e *palavras* divinas que se manifestam, confirmam e explicam reciprocamente, levou o cardeal Florit a sustentar, na congregação de 30 de setembro de 1964, a existência de uma natureza “sacramental” da Revelação. Esta ideia foi retomada por Bento XVI na exortação *Verbum Domini*, ao afirmar a “sacramentalidade da palavra” (VD 56). Obviamente aqui não se toma “sacramentalidade” em sentido estrito, mas enquanto conjunção inseparável entre sinal (ação) e palavra (instrução).

²⁵ *Acta Synodalia sacrosancti Concilii oecumenici Vaticani II*, 3,3, p. 873-874.

²⁶ Como veremos, a encíclica *Ecclesiam suam* consolidaria a leitura de *Dei Verbum* em chave *dialogal*.

correta compreensão da história redacional do tema da *amizade divina* em DV 2 deve levar em consideração a encíclica *Ecclesiam suam*, do papa Paulo VI. Publicada durante a terceira sessão do Concílio (em 6 de agosto de 1964), enquanto a *Subcomissão revisora* redigia um novo esquema *De divina Revelatione*, a encíclica comparou a religião cristã a um *diálogo (colloquium)* entre Deus e os homens²⁷. Neste contexto, expressou as seguintes ideias até então sem precedentes no Magistério pontifício:

A Revelação, quer dizer a relação sobrenatural que Deus tomou a iniciativa de renovar com a humanidade (*ratio superna, quam Deus ipse cum hominibus instauravit*), podemos-la imaginar como diálogo (*quasi quoddam colloquium haberi potest*), em que o Verbo de Deus se exprime a si mesmo na Encarnação e depois no Evangelho. Esse colóquio (*colloquium*) paternal e santo, interrompido entre Deus e o homem pelo pecado original, é maravilhosamente reatado no decurso dos tempos. A história da salvação narra este diálogo (*colloquium*) longo e variado, a partir de Deus e a travar conversação ([*colloquium*]) com o homem, variada e admirável. É nesta conversação (*quasi sermocinatione*) de Cristo entre os homens (cf. Br 3,38) que Deus dá a entender alguma coisa mais de si, o mistério da sua vida, admiravelmente una na essência e trina nas pessoas, e diz, em resumo, como quer ser conhecido: Ele é Amor, e como quer ser honrado e servido por nós: amor é o mandamento supremo que nos impõe. O diálogo (*colloquium*) torna-se pleno e confiado; é convite para a criança, o místico se exaure plenamente nele²⁸.

Alguns elementos indicam que este texto exerceu um significativo influxo sobre o rascunho que originaria *Dei Verbum*: a noção de Revelação como *colóquio* ou *diálogo* (embora o exato termo *colloquium* não ocorra em DV 2), a ênfase conferida ao seu caráter *pessoal* e, principalmente, a citação de Br 3,38. A encíclica de Paulo VI enfatiza o caráter *verbal* da Revelação; deste modo, parece ter influenciado a tradução, presente em certas línguas, do verbo *conversare* utilizado em DV 2 como “conversar”²⁹. O verbo *conversare* significa literalmente “conviver”; à luz de *Ecclesiam suam* 41, todavia, passou

²⁷ O inteiro item III de *Ecclesiam suam* contém uma verdadeira *teologia do diálogo* e a exortação para que toda a ação da Igreja seja impregnada pela atitude de *diálogo*.

²⁸ ES 41.

²⁹ No n. 3 deste artigo tratamos mais profundadamente da tradução de *conversare*.

a ser interpretado em termos de *colloquium* (“diálogo”) e *quasi sermocitatio* (“em certo modo, conversação”). O tema do *diálogo* recebeu uma significativa ênfase na encíclica *Ecclesiam suam*, que lhe dedicou os nn. 34-68. Desta maneira, a encíclica de Paulo VI (publicada antes da votação da Constituição conciliar) contribuiu para que a *Dei Verbum* fosse interpretada em chave de *diálogo* (em sentido verbal), e para que todo o Concílio fosse apreciado à luz desse novo princípio-chave³⁰.

2. Um tipo especial de *amizade* com Deus

Segundo a própria *Dei Verbum*, o fundamento da declaração de que “Deus fala aos homens como a amigos” se encontra em duas passagens da Bíblia: Ex 33,11 e Jo 15,14-15. Estes versículos não exprimem modelos de relações ordinárias entre Deus e o povo. Trata-se, ao contrário, de dois exemplos excepcionais de amizades íntimas e pessoais com o Senhor, usufruídas por indivíduos especialmente escolhidos. Por meio dessas citações, o Vaticano II estabelece uma analogia entre a Revelação pública dirigida em Cristo a todos os homens³¹ e a intimidade que Deus consentiu a personagens eleitos. Dotada de natureza *universalista*, a Revelação em Cristo é explicada a partir de relações de cunho *exclusivista*: as amizades entre Deus e Moisés, e entre Jesus e os doze Apóstolos.

Antes da renovação da Aliança (Ex 34), que se tornara necessária após a adoração ao bezerro de ouro (Ex 32), Moisés armou sua tenda “fora do acampamento, longe do acampamento” do povo (Ex 33,7). Os Israelitas podiam segui-lo apenas com o olhar, enquanto ele entrava na tenda e “[o Senhor] falava com Moisés” (Ex 33,9). Exceto o assistente Josué, todos os demais permaneciam à distância, prostrados às portas de suas tendas. O autor bíblico enfatiza: “o

³⁰ Paulo VI confirmava, assim, uma tendência que se consolidara a partir do discurso de abertura de João XXIII. Embora não contivesse a terminologia do “diálogo”, *Gaudet mater Ecclesia* (nn. 7-8) enfatizava que o Concílio tinha como propósito trabalhar pela *concórdia* e pela *união* da Igreja com os homens. Além disso, desde o início dos trabalhos foi conferida grande relevância ao *Secretariado para a unidade dos cristãos*, presidido pelo cardeal Augustin Bea, ao qual se outorgou *status* de Comissão. Assim, a abertura ao *diálogo ecumênico* se tornou um critério fundamental – e por vezes até rígido – na valutação dos esquemas que seriam apresentados à *aula*.

³¹ O cristocentrismo característico da *Dei Verbum* tem como finalidade, entre outras coisas, realçar a natureza *universalista* da Revelação divina; CAPIZZI, N., *Dei Verbum*.

Senhor falava *a* Moisés face a face, como um homem fala a seu amigo (נָאַפְּךָ)“ (Ex 33,11). Deus falava *com* Moisés e *a* Moisés pois ele exercia uma função particular de mediação e intercessão pelo povo (Ex 32,11-14). Além disso, o texto afirma, repetidamente, que Deus *conhecia* Moisés *pelo nome* e que ele *encontrara graça* aos olhos do Senhor (Ex 33,12-13.16-17). O tema da relação singular existente entre Deus e Moisés reaparece ainda em Nm 12,8; Dt 34,10; Jr 15,1; Eclo 45,1-5. Portanto, fundamentando a partir de Ex 33,11 o caráter *amigável* da Revelação, a *Dei Verbum* parece afirmar o múnus sacerdotal que o Pai confere, em Cristo, aos membros da Igreja³². Nele, somos inseridos na “tenda”; tornamo-nos um povo sacerdotal que pode falar com Deus íntima e confiadamente, além de interceder pelos demais, pois Ele vive conosco³³.

A outra passagem citada por DV 2 como fundamento da *amizade* divina se insere no contexto da Última Ceia. Antes de sofrer a Paixão, Jesus desfrutou da intimidade dos discípulos mais próximos (Jo 13-17), que haviam sido separados do *mundo* em virtude de uma *escolha* especial do Senhor (Jo 15,16.19). Jesus lhes prometeu enviar o Espírito da Verdade que o mundo não conhece (Jo 14,16-17). E transmitiu-lhes, enfim, o Mandamento novo, núcleo essencial de sua vida e de suas palavras: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 14,12). Em seguida, Cristo explicitou o tipo de amor que nutre pelos discípulos e que o movia a lhes revelar os desígnios de Deus:

Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida por seus amigos ($\tauῶν φίλων αὐτοῦ$). Vós sois meus amigos ($\phiίλοι μού$) se fazeis aquilo que eu vos mandei. Não mais digo que sois servos, pois o servo não sabe aquilo que faz o seu senhor; chamo-vos amigos ($\phiίλους$), pois vos dei a conhecer tudo o que ouvi da parte do Pai (Jo 15,13-15; ou conferir ainda Jo 3,29).

A *amizade* com Cristo decorre, portanto, da obediência e da comunhão no mesmo conhecimento do Pai (Jo 14,7.9). Em outras palavras, a *Revelação* em Cristo nos torna amigos de Deus, já que oferece o conhecimento de Deus invisível

³² O tema do *sacerdócio comum* é desenvolvido na Constituição sobre a Igreja: LG 10-11.

³³ Dozeman considera que o sentido da intercessão de Moisés em Ex 33, 7-12 é plenamente revelado em Ex 34,1-9, quando – como decorrência de tal oração – “revela-se a misericórdia divina”. Além disso, segundo esse autor, a função de intercessor desempenhada por Moisés é fundamental para resolver o tema central da seção: a presença de Deus em meio ao povo; DOZEMAN, T. B., *Commentary on Exodus*, p. 580; 718.

e da sua vontade. Note-se que esse discurso de Jesus é dirigido àqueles aos quais Ele se havia *manifestado* de modo especial (Jo 14,22)³⁴. Citando Jo 15,14-15, a *Dei Verbum* indica que a economia da Revelação em Cristo insere-nos em uma relação com Deus análoga à dos doze mais próximos. Após a sua glorificação, a intimidade com o Senhor torna-se, por assim dizer, *pública*. A Revelação segue a lógica da lavagem dos pés aos discípulos: humildemente, Jesus nos dá acesso a um tipo de comunhão (*societas*) com Deus comparável à *amizade*³⁵, à qual somente pode ser admitido quem conhece o Pai e a sua vontade³⁶.

Além das passagens bíblicas citadas, o caráter *amigável* da relação entre Deus e os seres humanos pode ser entrevisto também na figura de Abraão³⁷, patriarca símbolo do *universalismo* no Antigo Testamento³⁸. Por possuir uma relação singular com o Senhor, ele foi também considerado *amigo de Deus*, conforme a seguinte passagem de Isaías: “E tu, Israel, meu servo (*עָבֵד יְהוָה*/ παῖς μου); Jacó a quem escolhi (*קִרְבַּן בָּשָׂר אֶחָד בְּלָעֵד*); descendência de Abraão, meu amigo (*בָּנָא*/ ὁν ἡγάπησα)” (Is 41,8). A mesma expressão ocorre em 2Cr 20,7, sempre em referência a Abraão. O particípio substantivado *בָּנָא* pode ser traduzido alternativamente como “a quem amo” (Is 41,8^{LXX})³⁹. Todavia, a expressão parece possuir em Is 41,8 o sentido de “amigo”; veja-se Jr 20,4-6; Sl 88,19; Est 5,10. A Vulgata traduz o passo conforme essa acepção: “semen Abraham amici mei” (Is 41,8^{Vg})⁴⁰. A carta de Tiago interpreta Is 41,8 do mesmo modo: “Abraão creu em Deus e isso foi-lhe considerado para a justificação, e ele foi chamado amigo de Deus (φίλος θεοῦ)” (Tg 2,23). Portanto, a *amizade* com Deus decorre da fé do patriarca, concretizada em sua confiança nas promessas divinas. Além disso, a partir do paralelismo que constitui Is 41,8,

³⁴ Também em Lc 12,4 Jesus chama aos discípulos de amigos.

³⁵ DV 2.

³⁶ A este propósito, Von Wahlde observa que a condição de *amigos* aqui, assim como o Mandamento novo, possui caráter menos universalista do que o preceito do amor aos inimigos presente em Mt 5,43-48, já que no contexto joanino o amor (e, consequentemente, a *amizade*) de Jesus pelos discípulos – assim como o amor do Pai por Jesus – está condicionado à *obediência* à sua vontade (Jo 15,10); VON WAHLDE, U. C., *The Gospel and Letters of John*, p. 669-670.

³⁷ Como veremos, a figura de Abraão é central na noção de *amizade divina* no judaísmo e na patrística.

³⁸ A ele, com efeito, foi destinada a promessa: “por ti serão abençoados todos os clãs da terra” (Gn 12,3).

³⁹ A recensão de Símaco traduz: “Abraão, meu amado (ἀγαπητοῦ μου)”; também 2Cr 20,7^{LXX}.

⁴⁰ A mesma tradução se verifica em 2Cr 20,7^{Vg}.

resta evidente que a *amizade* possui uma estreita relação com a *eleição*⁴¹ e com a condição de “servo”⁴² do Senhor. À luz de Is 41,8, pode-se entrever uma certa analogia entre a *amizade* divina segundo DV 2 e a benção que, por meio de Abraão, se estende a todas as nações. A amizade oferecida pela Revelação em Cristo é *universal*, decorre de uma *eleição* divina gratuita e se destina aos verdadeiros *servos* (filhos?)⁴³ do Senhor.

O livro da Sabedoria aborda o nosso tema sob uma perspectiva *universalista*. Segundo Sb 7, a *amizade com Deus* é concedida juntamente com o dom da *sabedoria*, princípio salvífico universal. O chamado *elogio à sabedoria* declara que aqueles que a possuem “estreitam a amizade (φιλίο) com Deus, recomendados pelos dons da instrução” (Sb 7,14bc). Pouco adiante, ao enumerar características da sabedoria divina, o autor afirma: “porque é una, tudo pode;/ permanecendo em si mesma, tudo renova;/ e, entrando nas almas santas através das gerações,/ prepara amigos de Deus (φίλους θεοῦ) e profetas” (Sb 7,27). Além disso, o espírito da sabedoria divina é caracterizado como “amigo dos homens (φιλάνθρωπος)” (Sb 7,23); e o Senhor é chamado “amigo da vida (φιλοψυχος) [dos homens]” (Sb 11,26). Para o sábio, portanto, a *amizade* é um atributo de Deus. Uma interpretação cristológica desses versículos sugere que a participação no conhecimento de Cristo – Sabedoria pessoal e encarnada – torna-nos *amigos de Deus*. Enfim, em Sb 7,27, a noção de amizade divina é posta em paralelo à de *profecia*. Assim como os *profetas*, os amigos de Deus são imbuídos de *sabedoria*, *palavra* e *carisma*, elementos próprios da *Revelação* e da *inspiração* divinas.

A *Dei Verbum*, portanto, baseia-se sobre o AT e o NT para sustentar que, por meio da fé, da oração, da fidelidade e do conhecimento de Deus proporcionado por Jesus Cristo, o ser humano torna-se sujeito de uma *eleição*

⁴¹ A existência de um legame entre *amizade* e *eleição* é corroborada pelo versículo seguinte. Após dizer “chamo-vos amigos”, Jesus declara: “não fostes vós que me escolhestes, eu é que vos escolhi” (Jo 15,16).

⁴² A amizade universal com Deus em Cristo é também prefigurada por Ciro, de quem o livro de Isaías afirma que “o Senhor foi seu amigo/ amou-o (בְּנֵי נַסְעָדָה)” (Is 48,14). Do contexto, no qual se atribui o sucesso das campanhas de Ciro ao auxílio do Senhor, pode-se interpretar a expressão no sentido de *amizade*.

⁴³ A tradução de γένη com παῖς ao invés de δοῦλος pode comportar, segundo o contexto, conotação de filiação. A partir da LXX, Sb 2,13.16 interpreta os cânticos do servo (παῖς) de Isaías sob a perspectiva da filiação divina; conferir também Jo 5,51. Além disso, o paralelismo “servo”/“eleito” não é incomum no AT; veja-se Is 65,9; 43,10.

gratuita e estabelece com o Senhor uma relação verdadeiramente *pessoal*. Torna-se, assim, יְהָוָה בָּרוּךְ וְפָιλּוֹס de Deus: companheiro, amado e amigo de Deus.

3. A “convivência” de Deus com os homens

Além de declarar que Deus “fala aos homens como amigos”, a Constituição *Dei Verbum* afirma também que Ele “convive com os homens”. Como vimos, tal asserção é fundamentada por meio da citação de Br 3,38. A expressão presente no texto conciliar – *et cum eis conversatur* – baseia-se na tradução latina do texto de Baruque: “*post hæc in terris visus est, et cum hominibus conversatus est*”. O seu significado, porém, pode ser enganoso. O verbo *conversor*, -*ari* induz os lusófonos a pensarem imediatamente em uma “conversação” em sentido verbal. A tradução mais exata desse vocábolo, porém, equivale à de συναναστρέφω, presente em Br 3,38^{LXX}: “associar-se a alguém” (Eclo 41,5) ou “habitar com alguém”. Enquanto algumas versões da *Dei Verbum* traduziram *conversor* com “conviver” e “associar-se” (“*and lives among them*”; “*y mora con ellos*”; “*und verkehrt mit ihnen*”), outras interpretaram esse verbo no sentido de “discurso” ou “conversação” (“*e si intrattiene con essi*”; “*il s’entretient avec eux*”)⁴⁴.

No contexto do livro de Baruque, a expressão “conviveu com os homens”, refere-se claramente à Lei de Moisés. O versículo sucessivo o elucida: “ela é o livro dos preceitos de Deus, a Lei que existe para sempre” (Br 3,39). Além disso, *conversatus est*/ συναναστρέφω estabelece um paralelismo com “foi visto (ὠφθη) sobre a terra”. Daqui se pode supor que o texto tenha a intenção de afirmar, principalmente, a *presença* da Lei, e não tanto o seu diálogo com os homens. Br 3,38 se insere no discurso sobre a sabedoria (Br 3,9-4,4), cuja natureza é nitidamente *exclusivista*, como se depreende da seguinte conclusão: “Felizes somos nós, Israel, pois a nós foi dado conhecer aquilo que agrada a Deus” (Br 4,4). Reinterpretando Br 3,38 em chave cristológica, a *Dei Verbum* lhe confere um caráter *universalista*. Assim, o Concílio retoma uma leitura tradicional desse texto que havia justificado sua

⁴⁴ A tradução de *conversor* com “conversação”, presente nas versões italiana e francesa, parece basear-se não sobre a filologia latina, mas sobre a teologia de *Ecclesiam suam* 41, conforme vimos acima.

inserção na Vigília Pascal⁴⁵. A Lei divina se torna prefiguração da sabedoria eterna (ou Palavra) que habitaria entre os homens. Uma visão análoga à de Br 3,38 se encontra nos Provérbios, em relação à *sabedoria criadora*: “brincava na superfície da terra, e tinha alegria em meio aos homens” (Pro 8,31). *Lei, sabedoria e palavra* de Deus adquirem um sentido *amigável* e lúdico. A palavra escrita é, assim, prelúdio daquela Palavra da Vida que “ouvimos, vimos com nossos olhos, contemplamos e nossas mãos apalparam” (1Jo 1,1).

4. A *amizade com Deus* na teologia católica

O conceito cristão de *amizade* finca raízes nas Escrituras. A centralidade da noção de *caridade* (*ἀγάπη*) fez com que Cristianismo conferisse ao tema da amizade contornos peculiares e, sob certos aspectos, distintos em relação a concepções não cristãs⁴⁶. Em razão disso Paulino de Nola, por exemplo, preferia empregar termos como *caritas*, *affectus*, *affectio*, *amor* e *dilectio* ao exprimir o conceito de *amizade*; desse modo, distinguia claramente entre a amizade bíblico-cristã e a *amicitia gentilica*⁴⁷. Todavia, embora haja importantes diferenças, não se pode negar que o ideal de *amizade* presente na literatura greco-romana pagã teve um certo influxo sobre o pensamento cristão⁴⁸.

Durante o período homérico, o termo φίλος não exprimia o que hoje entendemos por “amigo”. Não se referia a algum tipo de relação interpessoal baseada na escolha, no conhecimento ou no mútuo afeto. O termo servia, ao invés, para designar uma ampla gama de relações entre pessoas pertencentes a uma mesma família ou comunidade⁴⁹. Posteriormente, no período clássico da literatura grega, o termo adquiriu um campo de significado mais próximo

⁴⁵ O discurso de Baroque acerca da sabedoria era lido durante a liturgia da Vigília Pascal até a reforma da Semana Santa de Pio XII e foi reinserido pela reforma litúrgica do papa Paulo VI.

⁴⁶ Acerca das concepções de amizade na antiguidade e sua relação com o pensamento cristão: KONSTAN, D., Problems in the History of Christian Friendship; KONSTAN, D., Friendship in the Classical World; FITZGERALD, J. T., Greco-Roman Perspectives on Friendship.

⁴⁷ KONSTAN, D., Problems in the History of Christian Friendship, p. 97-101. Dentre as obras latinas sobre a amizade, destacam-se a carta a Lélio “*De amicitia*”, de Marco Túlio Cícero e as cartas morais 3, 6 e 9 de Sêneca a Lucílio.

⁴⁸ Um exemplo de tal influxo é o acolhimento, pelo pensamento cristão, da definição da amizade como *idem velle, idem nolle*; SALÚSTIO, *Bell. Cat.* 20,4; TOMÁS de Aquino, *Contr. Gent.* 3, 95, 5.

⁴⁹ KONSTAN, D., Friendship in the Classical World, p. 24-52.

daquele presente nos Evangelhos. Porém, continha ainda nuances estranhas à concepção cristã de amizade. Para Aristóteles, o caráter distintivo e próprio da relação de amizade ($\varphi\lambda\otimes\tau\eta\varsigma$) consistiria na *igualdade* entre as partes⁵⁰. Segundo tal compreensão, não poderia haver amizade, por exemplo, entre um escravo e um homem livre. É verdade que a amizade pressupõe a existência de certos elementos comuns entre os sujeitos, mas uma visão assim restritiva é incompatível com a concepção presente nos Evangelhos, que admite a amizade com pobres, pecadores e escravos; Mt 11,19; Lc 7,34; 16,9; Fm 16. Além do mais, o requisito da *igualdade* estrita excluiria a possibilidade de uma verdadeira *amizade com Deus*. Somente às vésperas da era cristã, durante o período helenístico, a concepção grega de amizade passou a incluir certos tipos de relações desiguais. Admitiu-se a possibilidade da existência de amizade, por exemplo, entre um súdito e seu governante, ou entre um discípulo e seu mestre. A manifestação de amizades desse gênero residiria sobretudo na prática da virtude da *lealdade* por parte do sujeito inferior da relação, concretizada na *παρρησία*, isto é, na *franqueza* demonstrada ao se corrigir as falhas de um superior. A virtude da *amizade* se oporia, nesse caso, ao vício da *adulaçāo*⁵¹. Aqui, todavia, ainda se está distante do sentido cristão e moderno da *amizade*.

Embora seja característica do pensamento bíblico e cristão, a concepção segundo a qual homem pode usufruir de um certo tipo de *amizade com Deus*⁵² não foi totalmente desconhecida dos gentios⁵³. O estoicismo, por exemplo, considerava que a aquisição da *sabedoria* inseriria o homem em uma relação com os deuses semelhante à *amizade*⁵⁴. Nos textos antigos, entretanto, nem sempre é fácil distinguir se os vocábulos $\varphi\lambda\otimes\varsigma/\varphi\lambda\lambda\iota\alpha$ são empregados na acepção estrita de amizade, ou se apenas exprimem um qualquer tipo de afeição, gosto ou benevolência⁵⁵. Alguns autores judeus vislumbraram, em certa medida, a noção

⁵⁰ É clássica a definição $\varphi\lambda\otimes\tau\eta\varsigma \, \iota\sigma\tau\eta\varsigma$ (“amizade é igualdade”); ARISTÓTELES, *Eth. Nic.* 8,1157; 1159; 1168.

⁵¹ Sobre a amizade no período helenístico, veja-se: KONSTAN, D., *Friendship, Frankness, and Flattery*.

⁵² A obra clássica sobre a *amizade divina* na literatura antiga é: PETERSON, E., *Der Gottesfreund*. Este artigo serviu de referência às obras de Konstan citadas acima. Recentemente, com uma abordagem mais teológica, M. S. Sherwin publicou: *Friendship with God*. O seu ponto de referência, porém, continuou sendo o artigo de Peterson.

⁵³ Exemplos de menção à amizade com deuses encontram-se em: HERÓDOTO, *Hist.* 1,65; DIODORO Sículo, *Bib. Hist.* 5,7,7; FILODEMO de Gádara, *D.* 1,17-18.

⁵⁴ Pseudo-PLUTARCO, *Vit. Poes. Hom.* 143; EPITETO, *Diatr.* 2,17,29.

⁵⁵ KONSTAN, D., *Problems in the History of Christian Friendship*, p. 92.

de amizade com Deus, baseados sobre as passagens bíblicas a esse respeito⁵⁶. Dentre eles convém destacar Filo⁵⁷, que exerceu significativa influência sobre escritores cristãos da escola de Alexandria. Filo compreendia o amor a Deus como um tipo de φιλία⁵⁸. Na sua *Vida de Moisés*⁵⁹, aludiu ao seguinte texto atribuído a Diógenes⁶⁰: “Todas as coisas pertencem aos deuses. Os deuses são amigos dos sábios (φίλοι δὲ τοῖς σοφοῖς οἱ θεοί). Os amigos possuem os bens em comum. Portanto, todas as coisas pertencem aos sábios”⁶¹. Filo aplicou esse mesmo silogismo a Moisés, amigo de Deus, a quem pertenceriam então todas as coisas⁶². Clemente de Alexandria exprimiu uma ideia muito semelhante, possivelmente sob influência da obra de Filo⁶³; neste caso, porém, a amizade de Deus não é atribuída aos sábios e nem a Moisés, mas sim aos que foram redimidos por Cristo. Aqui se verifica um tipo de interpretação semelhante àquela feita pela *Dei Verbum*: a *amizade* divina, antes restrita e singularizada em Moisés, é universalizada por meio da Revelação divina em Cristo⁶⁴.

Diversos outros padres da Igreja trataram da *amizade com Deus*⁶⁵. Em certos casos ela foi associada ao martírio: os mártires seriam, segundo tal compreensão, os verdadeiros amigos do Senhor⁶⁶. Uma concepção especialmente sugestiva no que se refere à relação existente entre *amizade de*

⁵⁶ Veja-se Veja-se *Sib.* 2, 245, em referência a Moisés; e *Jos. Asen.* 23,10, em relação a Jacó.

⁵⁷ Sobre a *amizade de Deus* na obra de Filo de Alexandria: DUDZIKOVÁ, M., Friendship with God as an Ultimate Ideal in the Writings of Philo of Alexandria.

⁵⁸ FILO de Alexandria, *Fug.* 58.

⁵⁹ FILO de Alexandria, *Mos.* 1, 156.

⁶⁰ O historiador Diógenes Laércio atribui este texto a Diógenes de Sinope; DIÓGENES Laércio, *Vit. Phil.* 6,72.

⁶¹ Konstan diverge de Peterson na tradução deste texto. Enquanto Peterson lê φίλοι no sentido próprio de “amigos”, Konstan aduz que, por τοῖς σοφοῖς encontrar-se no dativo, φίλοι desempenha a função de adjetivo e não substantivo. Indicaria, pois, que os sábios são “caros” aos deuses, mas não necessariamente amigos; PETERSON, E., Der Gottesfreund, p. 165; KONSTAN, D., Problems in the History of Christian Friendship, p. 93.

⁶² FILO de Alexandria, *Mos.* 1, 156.

⁶³ CLEMENTE de Alexandria, *Protr.* 12, 122, 10.

⁶⁴ Clemente de Alexandrina foi um dos padres que mais exploraram o tema da *amizade divina*; PETERSON, E., Der Gottesfreund, p. 186-193.

⁶⁵ Em alusão a Ex 33,11: ORÍGENES, *Hom. Lev.*, 5, 2; JERÔNIMO, *Comm. Mich.* 7. Em alusão a Sb 7,27: HIPÓLITO de Roma, *Haer.* 10,33,11.

⁶⁶ João CRISÓSTOMO, *Mart.* 2, 853; ID., *Jud. gent.* 8; CIPRIANO, *Fort.* 4, *praef.*; MÁXIMO de Turim, *Sermo* 13.

Deus e Revelação encontra-se na obra de Anfilóquio de Icônio. Segundo este bispo do séc. 4, o que efetivamente constituiu a amizade de Abraão com Deus não seria tanto a fé do patriarca, mas principalmente a “revelação dos mistérios”⁶⁷ que o Senhor lhe concedeu de modo eminente. Aqui se estabelece, portanto, uma ponte entre a noção de amizade divina no AT, o discurso de Jesus na Última Ceia, e a concepção presente na *Dei Verbum* acerca do caráter amigável da Revelação entendida como *conversatio* e *allocutio*: o que nos torna amigos de Deus é, sobretudo, o fato de conhecê-lo em profundidade.

Enfim, um breve histórico do conceito de *amizade divina* na teologia católica requer ao menos uma menção a Tomás de Aquino, para quem a virtude teologal da *caridade* consiste em “uma certa amizade do homem com Deus”, cujo fim último é a própria bondade divina e funda-se sobre a nossa participação na felicidade eterna⁶⁸. Note-se que, ao tratar de *amizade com Deus*, Santo Tomás utiliza-se de uma linguagem não absoluta: *quaedam amicitia*, “uma certa amizade”. Deste modo, entende-se melhor porque *Dei Verbum* e *Ecclesiam suam* parecem empregar a ideia da *amizade com Deus* sempre em sentido analógico. Lê-se, com efeito, “*tamquam amicos*”⁶⁹; “*quasi quoddam colloquium haberi potest (...) quasi sermocitatione*”⁷⁰ (grifos nossos): “como a amigos”; “como um certo diálogo”; “como uma conversação”. A Revelação estabelece-nos, sem dúvida, em uma relação de *amizade* com Deus; contudo, como tudo na teologia, também esta realidade deve ser considerada a partir da *analogia entis*.

5. Desdobramentos no Magistério pós-conciliar

A comparação da *Revelação* a um tipo de *amizade*, até então inédito em um documento magisterial, fez com que a Constituição *Dei Verbum* abrisse uma nova perspectiva a ser explorada pela teologia e pelo Magistério da Igreja Católica. Já no imediato pós-Concílio, Paulo VI citou a noção da Revelação como *amizade* presente em DV 2 para tratar da perda da amizade com Deus

⁶⁷ “Ποῖος φίλος οὕτως ἀποκαλύπτει μυστήρια φίλῳ, ώς ὁ θέος ἀπεκάλυψε τῷ Ἀβραάμ”; FICKER, G., *Amphilochiana* 1, p. 63.

⁶⁸ “Respondeo dicendum quod caritas, sicut dictum est, est *quaedam amicitia hominis ad Deum*. (...) Nam caritatis finis est unus, scilicet divina bonitas. Est etiam et una communicatio beatitudinis aeternae, super quam haec amicitia fundatur”; TOMÁS de Aquino, ST II,II, q. 23, 5, co.

⁶⁹ DV 2.

⁷⁰ ES 41.

causada pelos pecados⁷¹. João Paulo II citou tal concepção da *Dei Verbum* para declarar que a vida da graça consiste em uma vocação à amizade com Deus⁷². Citando a mesma passagem conciliar, o Compêndio de Doutrina Social da Igreja se propôs a empregar, como parte de sua metodologia, o mesmo “estilo de diálogo com o qual o próprio Deus, no Seu Filho Unigênito feito homem, “fala aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14-15) e conversa com eles (cf. Bar 3, 38)”⁷³. A exortação apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, de Bento XVI, remeteu expressamente ao caráter amigável da Revelação divina, interpretando-a em chave dialógica. Realizou, assim, uma síntese entre DV 2 e *Ecclesiam suam* 41:

A novidade da Revelação bíblica consiste no fato de Deus Se dar a conhecer no diálogo (*in dialogo*), que deseja ter conosco. A Constituição dogmática *Dei Verbum* tinha exposto esta realidade, reconhecendo que «Deus invisível na riqueza do seu amor fala aos homens como a amigos e convive com eles, para os convidar e admitir à comunhão com Ele». (...) O Verbo, que desde o princípio está junto de Deus e é Deus, revela-nos o próprio Deus no diálogo de amor (*in amoris dialogo*) entre as Pessoas divinas e convida-nos a participar nele⁷⁴.

No mesmo documento, exortando os fiéis a utilizarem a Bíblia em suas orações, Bento XVI afirmou que, ao rezarmos com os Salmos, “a palavra que o homem dirige a Deus torna-se também Palavra de Deus, como confirmação do caráter dialógico de toda a Revelação cristã, e a existência inteira do homem torna-se um diálogo com Deus que fala e escuta”⁷⁵. Analogamente ao que ocorre em *Ecclesiam suam*, 41, o caráter *amigável* da Revelação insere-se, também aqui, em uma perspectiva na qual o *diálogo* ocupa lugar central⁷⁶.

É possível também encontrar ecos de DV 2 em diversos pronunciamentos pontifícios que não citam explicitamente a Constituição

⁷¹ ID 2, 6.

⁷² JOÃO PAULO II, PP., *Dominum et vivificantem*, 34.

⁷³ COMPÊNDIO DE DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, 13.

⁷⁴ VD 6. Enquanto em *Ecclesiam suam* Paulo VI expressava a realidade do diálogo com o substantivo *colloquium*, Bento XVI preferiu empregar o vocábulo *dialogus*, mais próximo ao uso moderno vernacular.

⁷⁵ VD 24.

⁷⁶ Em sua seção pastoral, *Verbum Domini* contém vários parágrafos dedicados ao diálogo inter-religioso e ao diálogo da Igreja com o mundo e as culturas; VD 109-120.

conciliar. A amizade com Deus e, particularmente, com Cristo constituiu uma espécie de ideia programática de todo o pontificado de Bento XVI, desde a sua primeira homilia:

Não há nada de mais belo do que conhecê-Lo e comunicar com os outros a Sua amizade. (...) Só nesta amizade [com Cristo] se abrem de par em par as portas da vida. Só nesta amizade se abrem realmente as grandes potencialidades da condição humana⁷⁷.

O diálogo e a amizade com Deus foram temas transversais também no Magistério e nas ações do Papa Francisco. Na exortação apostólica *Evangelii Gaudium, magna carta* de seu pontificado, Francisco convocou a Igreja a um tipo de evangelização de “pessoa-a-pessoa”, cujo fundamento e objeto são o anúncio do “amor pessoal de Deus que Se fez homem, entregou-Se a Si mesmo por nós e, vivo, oferece a sua salvação e a sua amizade”⁷⁸. Como Deus se relaciona *pessoalmente* e *amigavelmente* conosco, assim também a evangelização deve ser pessoal e repleta de amizade para com o próximo⁷⁹. Em *Amoris Laetitia* uma inteira seção foi dedicada ao *diálogo* em família. Nela, Francisco comparou a amizade entre os esposos à amizade dos seres humanos com Deus:

Depois do amor que nos une a Deus, o amor conjugal é a «amizade maior». É uma união que tem todas as características dumha boa amizade: busca do bem do outro, reciprocidade, intimidade, ternura, estabilidade e uma semelhança entre os amigos que se vai construindo com a vida partilhada⁸⁰.

Em *Gaudete et exsultate*, o pontífice afirmou que a amizade com Deus é um *dom* absolutamente *gratuito*. Por isso, o cultivo de uma relação de sincera amizade com o Senhor é necessário, segundo Francisco, para nos preservar das “novas formas de pelagianismo”:

⁷⁷ BENTO XVI, PP., Homilia de 24 de abril de 2005.

⁷⁸ EG 128.

⁷⁹ *Evangelii Gaudium* contém todo um item dedicado ao diálogo (EG 238-258); *amizade* e *diálogo* são incindíveis.

⁸⁰ AL 123. A expressão “amizade maior” é citação de Santo Tomás de Aquino: *Contr. Gent.* 3,123.

A amizade [de Deus] supera-nos infinitamente, não pode ser comprada por nós com as nossas obras e só pode ser um dom da sua iniciativa de amor. Isto convida-nos a viver com jubilosa gratidão por este dom que nunca mereceremos (...). Não poderemos celebrar com gratidão o dom gratuito da amizade com o Senhor, se não reconhecermos que a própria existência terrena e as nossas capacidades naturais são um dom⁸¹.

Como se vê, para Francisco a graça divina – descrita como um tipo de *amizade* – recebe caracterização análoga à da noção de Revelação em DV 2. Trata-se de uma *amizade gratuita e jubilosa*, causada pelo *amor* que Deus tem por nós. Francisco dedicou também os nn. 150-157 da exortação apostólica pós-sinodal *Christus vivit* ao tema da amizade com Cristo. Toda a encíclica *Dilexit nos* acerca do Coração de Jesus é, igualmente, fundada sobre o tema da amizade com o Senhor⁸². Em *Querida Amazônia*, o pontífice afirmou que a evangelização é uma realidade que transborda da *amizade* com Deus⁸³ e que ela deve ter como objeto próprio “propor [aos pobres da Amazônia] a amizade com o Senhor”⁸⁴.

Conclusão

A Constituição dogmática *Dei Verbum* possui como novidade ressaltar um aspecto *amigável* da Revelação divina. A autocomunicação do Senhor e a manifestação dos seus desígnios ocorrem, segundo a Constituição conciliar, em uma economia que pode ser comparada a um colóquio (*allocutio*) e a uma convivência (*conversatio*) amigável de Deus com os homens. Esta compreensão decorre do caráter *histórico* e *pessoal* da Revelação divina. Foi inserida no esquema *De divina Revelatione* somente no ano de 1964, durante a terceira sessão do Concílio. As suas fontes principais foram duas: (1) as sugestões dos padres conciliares, especialmente aquelas feitas por Joseph Satowaki; (2) a abordagem que feita ao tema da *Revelação* na encíclica *Ecclesiam suam*, n. 41. Este texto de Paulo VI foi determinante para que Br 3,38 fosse citado em *Dei Verbum*. Além disso, *Ecclesiam Suam* 41 contribuiu – ao lado de outros fatores – para que o conceito de *allocutio* e de *conversatio*,

⁸¹ GE 54-55.

⁸² DN 1; 34; 45; 53; 106-108; 141; 145.

⁸³ QA 62.

⁸⁴ QA 63.

bem como toda a noção de Revelação presente em *Dei Verbum* 2, fossem interpretados em chave *dialógica*. A *amizade* passou, assim, a ser compreendida como diálogo ou conversação de Deus com os homens. Tal compreensão de Revelação serviu como fundamento de uma verdadeira *teologia do diálogo* que iluminou toda a interpretação do Concílio Vaticano II e ainda repercute, com nuances diversas, no Magistério pós-conciliar.

Do ponto de vista exegético, a Revelação concebida como *amizade divina* serviu para conferir caráter *universalista* a um tipo de relação que poderia ser interpretada, à luz das Escrituras, quase como um *privilégio*. No AT são amigos de Deus somente Abraão e Moisés (e, segundo tradições judaicas, também Jacó), enquanto no NT Jesus chama explicitamente de “amigos” (φίλοι) aos discípulos presentes na última Ceia. Universalizando a concepção segundo a qual o que constitui a amizade com Cristo é o conhecimento de Deus (Jo 15,14-15), a *Dei Verbum* estende a condição de *amigos* a todos os que acolhem a Revelação em Cristo. Assim confere abrangência *universal* a uma condição em si mesma *exclusivista*.

A Constituição *Dei Verbum*, deste modo, abre uma perspectiva importante para a *espiritualidade*, para a *pastoral* e para o *diálogo com a sociedade*. Em um mundo secularizado no qual as relações tendem a se tornar cada vez mais impessoais, o enraizamento em uma relação profunda e confiante de *amizade* com Cristo é essencial para que os cristãos progridam na vida espiritual e perseverem na caridade sem se deixarem levar pela indiferença, pelo laxismo, pelo rigorismo, pelo formalismo ou, como diria papa Francisco, por uma atitude neopelagiana. Mais do que nunca, os cristãos necessitam empenhar-se em um contato real e vital, de pessoa-a-pessoa, com Jesus Cristo por meio dos Sacramentos, da oração e da convivência fraterna na comunidade eclesial. Em um mundo que tende ao individualismo, no qual as relações de amizade tendem a se esfriar ou a tornarem-se utilitárias, a consideração da amizade de Deus pode desempenhar um papel importante para indicar vias de uma vivência efetiva da caridade. Além disso, no contexto de uma pastoral participativa, tal como proposta por Francisco, mais do que nunca se deve reforçar, entre leigos e pastores, o sentido de uma sincera *amizade* fraterna radicada na comum amizade com Cristo e com os santos. No que diz respeito à pastoral dos esposos, o aprofundamento do sentido de *amizade* fundada na afeição mútua e no comum conhecimento de Cristo é fundamental para o

fortalecimento do vínculo de caridade matrimonial e do compromisso de fidelidade, sobretudo em uma sociedade na qual não há elementos de coação em vista de sua conservação. Além do mais, o fortalecimento do sentido de *amizade pessoal com Deus* é condição *sina qua non* para que os cristãos alimentem uma sincera atitude de diálogo não somente entre si, mas também com as culturas, com o mundo e com as outras religiões. A busca de elementos em comum que caracteriza a atitude de *diálogo* pode ser descrita, em outras palavras, como a busca por canais a partir dos quais se pode estabelecer um liame de *amizade*, mesmo que não seja tão profundo quanto o que há com o Senhor e com os irmãos. Essas são razões que justificam uma revisita e um aprofundamento teológico sobre DV 2, especificamente no que concerne ao tema da relação de *amizade* que o Senhor estabelece com o seu povo por meio da Revelação em Cristo.

Referências bibliográficas

- ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **Storia del concilio Vaticano II**. Il cattolicesimo verso una nuova stagione. L'annuncio e la preparazione. Gennaio 1959-settembre 1962. Bologna: Società editrice il Mulino, 1995. v.1.
- ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **Storia del concilio Vaticano II**. La formazione della coscienza conciliare. Il primo periodo e la prima intersessione. Ottobre 1962-settembre 1963. Bologna: Società editrice il Mulino, 1996. v.2.
- ARISTÓTELES. **Ethica Nicomachea**. Oxford: Clarendon Press, 1894.
- BENOIT, Pierre. Révélation et inspiration: selon la Bible, chez Saint Thomas et dans les discussions modernes. **Revue Biblique**, v. 70, n. 3, p. 321-370, 1963. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44091863>>. Acesso em: 06 mai. 2025.
- BENTO XV, Papa. **Carta encíclica Spiritus Paraclitus** (15 de setembro de 1920). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1920. p. 385-422. v.12.
- BENTO XVI, Papa. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini** (30 de setembro de 2010). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2010. p. 681-787. v.102.

BURCHARD, Christoph *et al.* **Joseph und Aseneth.** Kritisch Herausgegeben von Christoph Burchard mit Unterstützung von Carsten Burfeind & Uta Barbara Fink. Leiden: Brill, 2003. (Pseudepigrapha Veteris Testamenti Graece, 5).

CAPIZZI, Nunzio. **Dei Verbum.** Storia / Commento / Recezione. Roma: Edizioni Studium, 2015. (Universale Studium, 60).

CIPRIANO de Cartago. **Ad Quirinum. Ad Fortunatum. De lapsis. De ecclesiae unitate.** Turnhout: Brepols, 1972. (Corpus Christianorum Series Latina, 3).

CLEMENTE de Alexandria. **Le protreptique.** Paris: Éditions du Cerf, 1949. (Sources chrétiennes, 2).

COHN, Leopold *et al.* **Philonis Alexandrini opera quae supersunt.** Ediderunt Leopoldvs Cohn et Pavlus Wendland. 8 vol. Berlin: Wentworth Press, 1896-1898, 1902, 1906, 1926, 1930.

CONCÍLIO VATICANO I. **Constituição Dogmática de fide catholica Dei Filius** (24 de abril de 1870). In: *Acta Apostolicae Sedis.* Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1869-1970. p. 481-493. v.5.

CONCÍLIO VATICANO II. **Acta Synodalia sacrosancti Concilii oecumenici Vaticani secundi.** Volumen III. Periodus tertia. Pars III. Congregationes generales XC-XCV. Cidade do Vaticano: Typis Poliglottis Vaticanis, 1974.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação divina** (18 de novembro de 1965). In: *Acta Apostolicae Sedis.* Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1965. p. 817-830. v.57.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática Lumen gentium sobre a Igreja** (21 de novembro de 1964). In: *Acta Apostolicae Sedis.* Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1965. p. 5-71. v.57.

DIODORO Sículo. **Bibliotheca Historica.** 2vol. Leipzig: B.G. Teubneri, 1888, 1889.

DIÓGENES Laércio. **Lives of Eminent Philosophers.** Cambridge: Harvard University Press, 1972.

DOZEMAN, Thomas B. **Commentary on Exodus.** Grand Rapids, MI / Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 2009. (The Eerdmans Critical Commentary).

DUDZIKOVÁ, Markéta. Friendship with God as an Ultimate Ideal in the Writings of Philo of Alexandria. **AUC Theologica**, v. 10, n. 2, p. 9-25, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.14712/23363398.2020.55>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

EPIS, Massimo. Introduzione alla costituzione dogmatica *Dei Verbum*. In: NOCETI, Serena; REPOLE, Roberto (Orgs.). **Commentario ai documenti del Vaticano II**. Testi di Massimo Epis, Vincenzo di Pilato, Luca Mazzinghi. Bologna: EDB, 2017. p. 13-89. (v.5: *Dei Verbum*).

EPITETO, **The Discourses**. London: George Bell and Sons, 1890.

FICKER, Gerhard. **Amphilochiana 1**. Leipzig: [s.n.], 1906.

FILODEMO de Gádara. **Über die Götter**. Erstes Buch. Berlin: Verlag der königl. Akademie der Wissenschaften, 1916.

FITZGERALD, John T. **Greco-Roman Perspectives on Friendship**. Atlanta: SBL, 1997.

FRANCISCO, Papa. **Carta Apostólica Evangelii Gaudium** (24 de novembro de 2013). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013. p. 1019-1137. v.105.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia** (19 de março de 2016). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2016. p. 311-446. v.108.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica Gaudete et exsultate** (19 de março de 2018). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2018, p. 1111-1161. v.110.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica pós-sinodal Christus Vivit** (25 de março de 2019). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2019. p. 391-476. v.111.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica pós-sinodal Querida Amazonia** (02 de fevereiro de 2020). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020. p. 231-273. v.112.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Dilexit nos** (24 de outubro de 2024). Brasília: Edições CNBB, 2024.

GEFFCKEN, Johannes. **Die Oracula Sybillina.** Berarbeitet im Auftrage der Kirchenväter-Commission der königl. Preussischen Akademie der Wissenschaften. Leipzig: J.C. Hinrichs, 1902.

GIL HELLÍN, Francisco (Org.). **Concilia Vaticanae II Synopsis.** In ordinem redigens schemata cum relationibus necnon patrum orationes atque animadversiones. Constitutio Dogmatica de Divina Revelatione Dei Verbum. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1993.

HERÓDOTO. **The Persian Wars: stories.** With an English translation. Cambridge: Harvard University Press, 1920-1925.

HIPÓLITO de Roma. **Refutatio omnium haeresium.** Berlin: De Gruyter, 1986. (Patristische Texte und Studien, 25).

JERÔNIMO. **Commentarii in profetas Osee, Iolem, Amos, Abdiam, Ionam, Michaeam.** Turnhout: Brepols, 1969. (Corpus Christianorum Series Latina, 76).

JOÃO CRISÓSTOMO. **Contra Judaeos et Gentiles.** Paris: Migne, 1862. col. 811-828. (Patrologiae Graece, 48).

JOÃO CRISÓSTOMO. **Homilia in Martyres.** Paris: Migne, 1862. col. 629-712. (Patrologiae Graece, 50).

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso Gaudet Mater Ecclesia** na solene abertura do Concílio Vaticano II (11 de outubro de 1962). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1962. p. 786-796. v.14.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta encíclica Dominum et vivificantem** (18 de maio de 1986). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1986. p. 809-900. v. 78.

KONSTAN, David. Friendship, Frankness, and Flattery. In: FITZGERALD, John T. (Org.). **Friendship, Flattery, and Frankness of Speech.** Studies on Friendship in the New Testament World. Leiden: Brill, 1996. p. 12-19. (NovTSup, 82).

KONSTAN, David. Problems in the History of Christian Friendship. **Journal of Early Christian Studies**, v. 4, n. 1, p. 87-113, 1996. DOI: <<https://doi.org/10.1353/earl.1996.0009>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

KONSTAN, David. **Friendship in the Classical World**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997. (Key Themes in Ancient History).

LAM, Joseph C. Q. Joseph Ratzinger's Contribution do the Preparatory Debate of the Dogmatic Constitution "Dei Verbum". **Gregorianum**, v. 94, n. 1, p. 35-54, 2013. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23581856>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

LATOURELLE, René. **Teología de la Revelación**. Salamanca: Sígueme, 2016. (Verdad e Imagen, 49).

LEÃO XIII, Papa. **Carta encíclica Providentissimus Deus** (18 de novembro de 1893). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1893-1894. p. 269-292. v.26.

LENEHAN, Kevin. Unfolding in friendship: Revelation and the analogy of friendship in *Dei verbum. Pacifica: Australasian Theological Studies*, v. 29, n. 2, p. 175-191, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1177/1030570X17714053>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

MÁXIMO de Turim. **Sermonum collectio antiqua, nonnullis sermonibus extravagantibus adiectis**. Turnhout: Brepols, 1962. (Corpus Christianorum Series Latina, 23).

ORÍGENES de Alexandria. **Die Homilien zu Genesis, Exodus und Leviticus**. Leipzig: Teubner, 1920. (Die griechischen christlichen Schriftsteller, 29).

PAULO VI, Papa. **Carta encíclica Ecclesiam suam** (06 de agosto de 1964). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1964. p. 609-659. v.56.

PAULO VI, Papa. **Constituição apostólica Indulgentiarum doctrina** (01 de janeiro de 1967). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1967. p. 5-24. v.59.

PETERSON, Erik. Der Gottesfreund: Beiträge zur Geschichte eines religiösen Terminus. **Zeitschrift für Kirchengeschichte**, v. 42, n. 1, p. 161–202, 1923.

PIO XII, Papa. **Carta encíclica Divino Afflante Spiritu** (30 de setembro de 1943). In: *Acta Apostolicae Sedis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1943. p. 297-325. v.35.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio de Doutrina Social da Igreja.** Disponível em:

<https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PSEUDO PLUTARCO. **De Homero.** Leipzig: Teubner, 1990.

RUGGIERI, Giuseppe. Il primo conflitto dottrinale. In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **Storia del concilio Vaticano II.** La formazione della coscienza conciliare. Il primo periodo e la prima intersessione. Ottobre 1962-settembre 1963. Bologna: Società editrice il Mulino, 1996. p. 259-293. v.2.

SALÚSTIO Crispo. **Catilina, Iugurtha, Orationes et epistulae excerptae de historiis.** Leipzig: Teubner, 1919.

SHERWIN, Michael S. Friendship with God: The Christian Call to Divine Intimacy. **Nova et Vetera**, English Edition, v. 19, n. 4, p. 1323-1343, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1353/nov.2021.0057>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

THEOBALD, Christoph. **A Revelação.** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

TOMÁS de Aquino. **Quaestiones disputatae de veritate.** Textum adaequatum Leonino 1970 edito ex plagulis de prelo emendatum ac translatum a Roberto Busa SJ in taenias magneticas denuo recognovit Enrique Alarcón atque instruxit. Disponível em: <<https://www.corpusthomisticum.org/qdv01.html>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

TOMÁS de Aquino. **Summa contra Gentiles.** Textum Leoninum emendatum ex plagulis de prelo Taurini 1961 editum et automato translatum a Roberto Busa SJ in taenias magneticas denuo recognovit Enrique Alarcón atque instruxit. Disponível em: <<https://www.corpusthomisticum.org/scg1001.html>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

TOMÁS de Aquino. **Summa Theologiae: Prima pars.** Textum Leoninum Romae 1888 editum et automato translatum a Roberto Busa SJ in taenias magneticas denuo recognovit Enrique Alarcón atque instruxit. Disponível em: <<https://www.corpusthomisticum.org/sth1001.html>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

TOMÁS de Aquino. **Summa Theologiae: Secunda pars Secundae partis.** Textum Leoninum Romae 1895 editum et automato translatum a Roberto Busa SJ in taenias magneticas denuo recognovit Enrique Alarcón atque instruxit. Disponível em: <<https://www.corpusthomisticum.org/sth3000.html>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

VON WAHLDE, Urban C. **The Gospel and Letters of John:** Commentary on the Gospel of John. Grand Rapids, MI; Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 2010. (The Eerdmans Critical Commentary, 2).

WICKS, Jared. Dei Verbum Developing: Vatican II's Revelation Doctrine 1963–1964. In: KENDALL, Daniel; DAVIS, Stephen T. (Orgs.). **The Convergence of Theology.** A Festschrift Honoring Gerald O'Collins, S.J. New York: Paulist, 2001. p. 109-125.

WICKS, Jared. Six texts by Prof. Joseph Ratzinger as peritus before and during Vatican Council II. **Gregorianum**, v. 89, n. 2, p. 233-311, 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23582851>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

João Bechara Ventura

Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana
Docente no Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo
São Paulo / SP – Brasil
E-mail: becharaventura@gmail.com

Recebido em: 09/05/2025

Aprovado em: 18/12/2025